







0,00

BANCO CNH CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825

Curitiba - PR - Brasil Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Capital nível II

A administração do Banco CNH Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre de 2013, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

GERENCIAMENTO DE RISCOS - Desde o início de suas operações, o Banco tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de

máquinas e equipamentos produzidos pelas empresas do grupo Case New Holland. O Banco CNH Capital S.A., em atendimento às exigências das Resoluções do Conselho Monetário Nacional, de números 3.380, 3.464, 3.721, 3.988 e 4.090, e Circular nº 3,477 do Banco Central do Brasil, implementou, após a aprovação pelo Board, as políticas institucionais e as estruturas de gerenciamento de riscos.

A descrição dessas estruturas e relatórios estão disponíveis na página da internet da Instituição, no endereço: www.bancocnh.com.br. A) Risco Operacional - Dentro dos princípios da Resolução nº 3.380 de 29/06/2006 do CMN, o Banco CNH Capital S.A. tem definida uma política e estrutura de gerenciamento de Riscos Operacionais (RO) aprovada pelo Conselho de Administração. A estrutura de RO consiste em: a) um comitê de Riscos Operacionais

composto pela Diretoria, pelos responsáveis pela gestão de RO e pelos gestores de áreas operacionais; e b) uma área de gestão de RO que subordina-se diretamente ao responsável por Controles Internos, a área está ligada à Presidência. A estrutura formalizada na política prevê atendimento aos procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados a RO e prevê os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura

Atendendo ainda ao Acordo de Basileia II o Banco CNH Capital S.A. vem gerenciando seus riscos, utilizando a abordagem básica na utilização de alocação de capital.

B) Risco de Mercado - Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.464, o Banco CNH Capital S.A. define como risco de mercado a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado controla a variação do valor de mercado das posições mantidas pelo Banco e identifica, avalia, monitora e controla os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco CNH Capital S.A.. As questões relacionadas ao Risco de Mercado são tratadas no Comitê de Funding o qual se reúne periodicamente e delibera sobre os assuntos pertinentes à:

Captação, Risco de Mercado e Risco de Liquidez. O atual modelo de negócio do Banco CNH Capital S.A. não inclui nem prevê o uso de instrumentos/operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias

(commodities). As operações de derivativos contratadas pelo Banco CNH Capital S.A. visam, exclusivamente, o hedge do descasamento de prazos e indexadores do balanço do Banco, conforme Política definida pela matriz do Grupo.

As atribuições básicas na gestão de Risco de Mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição a risco de mercado conforme os limites estabelecidos nas políticas do Banco CNH Capital S.A.; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de Risco de Mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

C) Risco de Crédito - Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.721, o Banco CNH Capital S.A. possui uma estrutura específica para a gestão do Risco de Crédito, a qual se reporta à Diretoria de Crédito e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao Risco de Crédito, através de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte da estrutura de gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de Credit Risk Management; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos (scores) para concessão e manutenção do crédito; e d) equipe *underwriting* especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta

Para o Banco CNH Capital S.A., é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e regulamentos, com foco na Resolução D) Risco de Liquidez - Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.090/2012, o Banco CNH Capital S.A. mantém uma estrutura de gestão de Risco de Liquidez,

bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Para isso define Risco de Liquidez como: I - a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente

transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

Relativamente ao índice de Basileia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%. Em 31 de dezembro de 2013, o índice de Basileia do Banco CNH Capital S.A. era de 18,20%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo abaixo: 1.084.386.48 Patrimônio de referência nível I ..

Capital principal 1.084.386,48 Patrimônio Líquido 1.086.667,41 Ajustes prudenciais, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN Redução dos ativos diferidos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2.280,93)Redução dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2) Patrimônio de referência de Nível II Soma dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2) Dívida subordinada (3) Dedução dos instrumentos de captação, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2) Patrimônio de referência (a) 1.084.386,48 Risco de crédito 614.831,76 Risco de mercado 10.072.29 Risco operacional **Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (4)** Patrimônio de referência exigido (RWA) 664.311,33 654.239,05 Índices de Basileia - Índice de Basileia Amplo (inclui RBAN) 18.20 Capital nível I 18,23 Capital principal 18,23

Margem (PR - PRE - RBAN) 420.075,14 GERENCIAMENTO DE CAPITAL - Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988, o Banco CNH Capital S.A. possui estrutura para o gerenciamento de capita para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela instituição; b) avaliar as necessidades de capital considerando riscos inerentes às atividades da instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da instituição.

As áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de Gerenciamento de Capital estão a seguir descritos: a) Diretoria Financeira: Responsável pelos processos e controles relativos à estrutura de Gerenciamento de Capital; b) Contabilidade Gerencial: Responsáve pelo monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; c) FP&A: Responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Banco, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual; d) Comitê de Funding: desenvolvido para discussões relacionadas ao processo de gerenciamento de Risco de Liquidez e de Mercado que envolve diretamente as áreas de Tesouraria e Diretoria Financeira do Banco CNH Capital S.A. bem como a Fiat Finanças, empresa do grupo Fiat, responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê será responsável também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover premissas relacionadas ao cenário base e ao teste de stress.

OUVIDORIA - No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução nº 3.477, do Conselho Monetário Nacional, implantou sua *Ouvidoria*, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na medição de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e as, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO - O Banco CNH Capital S.A., tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos da CNH Latin America Ltda.. Dentro desse cenário, 50,99% do total do portfólio corresponde a operações do segmento agrícola e 21,04% ao segmento de construção. O Banco CNH Capital S.A. também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 27,97% do portfólio. Considerando a característica dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES, representa 58,02% do total de financiamentos da carteira.

O resultado do semestre registrou um lucro, após a dedução da provisão para o imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 111.347 milhões por lote de mil ações. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela Administração, sufficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do semestre, o saldo da provisão considerando honras e *off book* era de R\$ 307.697 milhões representando 5,12% do valor da carteira de operações de crédito.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2014.

A Diretoria representando 5,12% do valor da carteira de operações de crédito.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

		2013		2012
_	Notas	2° Semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		299.334	607.200	675.433
Operações de crédito	7.a	248.517	511.050	532.875
Operações de arrendamento mercantil	7.b	30.932	65.999	113.470
Operações com títulos e valores mobiliários e				
aplicações interfinanceiras de liquidez	6	22.425	34.208	31.525
Resultado com instrumentos financeiros				
derivativos	7	(3.789)	(5.306)	(2.437)
Operações de venda ou de transferência de				
ativos financeiros		1.249	1.249	-
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(132.568)	(235.123)	(326.410)
Captações no mercado	11	(48.801)	(76.882)	(41.955)
Empréstimos, cessões e repasses	11	(13.131)	(44.182)	(46.702)
Operações de arrendamento mercantil	7.b	(24.704)	(50.692)	(100.805)
Provisão para perdas com créditos	7.f	(45.932)	(63.367)	(136.948)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO				
FINANCEIRA		166.766	372.077	349.023
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(54.830)	(102.305)	(98.030)
Receitas de prestação de serviços		2.720	5.061	3.547
Despesas de pessoal		(14.713)	(29.372)	(27.436)
Resultado de participação em controlada		18	18	_
Outras despesas administrativas	17	(23.369)	(43.007)	(44.608)
Despesas tributárias		(10.420)	(18.161)	(16.446)
Outras receitas operacionais	16	5.996	12.698	21.136
Outras despesas operacionais	17	(15.062)	(29.542)	(34.223)
RESULTADO OPERACIONAL		111.936	269.772	250.993
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(3.316)	(4.807)	(3.649)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE				
O LUCRO E AS PARTICIPAÇÕES		108.620	264.965	247.344
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	4.300	(57.701)	(81.075)
Imposto de renda corrente		5.261	(23.898)	(38.414)
Contribuição social corrente		2.495	(14.975)	8.120
Imposto de renda e contribuição social diferidos .		(3.456)	(18.828)	(50.781)
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NO LUCRO		(1.573)	(3.154)	(2.406)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		111.347	204.110	163.863
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (-)		(111.255)	(111.255)	(53.827)
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES		125	229	205

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2013	3	201
	2° Semestre	Exercício	Exercíci
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido	111.347	204.110	163.86
Ajustes ao lucro líquido	86.978	170.103	343.28
Depreciações e amortizações	622	1.112	1.02
Depreciação de arrendamento mercantil	24.704	50.692	100.73
Superveniência de depreciação	(5.313)	(10.730)	2.30
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.932	63.366	136.94
Provisão para desvalorização - bens não de uso	2.254	3.341	3.89
Provisão para contingências	(1.258)	4.960	5.70
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.456	18.829	50.78
Resultado na alienação de valores e bens	1.681	2.842	1.49
Redução em resultados de exercícios futuros	18.796	36.319	31.54
Ajuste ao valor de mercado T.V.M.	6.104	9.372	(1.14
Provisão / reversão BNDES	(10.000)	(10.000)	10.00
Variação em ativos e passivos:	(470.013)	(258.924)	59.45
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		_	84.91
Redução / (aumento) em títulos e valores mobiliários	(8.366)	(926)	138.84
Aumento em operações de crédito e de arrendamento	(853.932)	(1.377.542)	(1.068.64
Redução / (aumento) em outros créditos	(498.183)	(461.368)	(13.38
Redução / (aumento) em outros valores e bens	178	(10)	(42
Redução / (aumento) em depósitos	(162.717)	70.105	456.48
Aumento em obrigações por empréstimo e repasses	438.858	810.369	517.23
Redução / aumento em outras obrigações	(79.881)	(44.423)	(55.57
Aumento em captação no mercado aberto	694.030	744.871	
Caixa líquido originado em atividades operacionais	(271.688)	115.289	566.59
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição em imobilizado de uso	(1.078)	(1.313)	(62
Aquisição em imobilizado de arrendamento	(6.340)	(20.279)	(101.22
Aquisição de bens não de uso próprio	(6.623)	(12.798)	(4.00
Aquisição de investimentos	(39)	(79)	3
Alienação no ativo diferido	333	509	(66
Aplicação no ativo intangível	(23.496)	(23.661)	(1.82
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(37.243)	(57.621)	(108.31
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	-	-	45.75
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(111.255)	(111.255)	(253.82
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos	(111.255)	(111.255)	(208.07
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(420.186)	(53.587)	250.21
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	770.940	404.341	154.13
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	350.754	350.754	404.34
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(420.186)	(53.587)	250.21
neuução de caixa e equivalentes de caixa	(420.100)	(33.367)	230.21

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exc	teto quando in	idicado)	
	2013		2012
	2° Semestre	Exercício	Exercício
1 - RECEITAS	262.892	563.172	565.027
Intermediação financeira	299.334	607.200	675.433
Prestação de serviços	2.720	5.061	3.547
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(45.932)	(63.367)	(136.948)
Outras receitas operacionais	6.014	12.716	21.136
Outras receitas não operacionais	756	1.562	1.859
2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(86.636)	(171.756)	(189.462)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(41.771)	(77.588)	(83.101)
Materiais, energia e outros	(361)	(504)	(468)
Serviços de terceiros	(2.161)	(4.868)	(4.247)
Outras despesas administrativas	(20.116)	(36.306)	(38.655)
Outras despesas operacionais	(15.061)	(29.541)	(34.223)
Outras despesas não operacionais	(4.072)	(6.369)	(5.508)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2+3)	134.485	313.828	292.464
5 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(622)	(1.112)	(1.021)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO			
PELA ENTIDADE (4+5)	133.863	312.716	291.443
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	133.863	312.716	291.443
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal	13.722	27.242	25.263
Remuneração direta	11.742	22.741	21.079
Benefícios	1.197	2.817	2.655
F.G.T.S	783	1.684	1.529
Impostos, taxas e contribuições	8.685	81.147	102.100
Federais	7.959	79.859	100.923
Estaduais	5	17	24
Municipais	721	1.271	1.153
Remuneração de capitais de terceiros	109	217	217
Aluguéis	109	217	217
Remuneração de capitais próprios	111.347	204.110	163.863
Juros sobre o capital próprio	111.255	111.255	53.827
Lucros retidos	92	92.855	110.036
Total	133.863	312.716	291.443

ATIVO				PASSIVO			
	Notas	2013	2012		Notas	2013	2012
CIRCULANTE	110100	3.494.884	2.502.622	CIRCULANTE	ivotas	1.103.640	1.081.968
Disponibilidades	4	1.012	598	Depósitos	10	283.105	326.565
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	349.742	403.743	Depósitos interfinanceiros		251.489	280.490
Aplicações no mercado aberto		349.742	403.743	Depósitos a prazo		31.616	46.075
Títulos e valores mobiliários e instrumentos				Obrigações por empréstimos e repasses	11	763.712	642.264
financeiros derivativos	6	346	10.029	Repasses do país - instituições oficiais		763.712	642.264
Carteira própria			10.029	Intrumentos financeiros derivativos	21	440	2.01
Intrumentos financeiros derivativos		346	-	Intrumentos financeiros derivativos		440	2.01
Operações de crédito	7.a	2.552.182	1.960.939	Outras obrigações		56.383	111.128
Operações de crédito:				Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		12	11
Setor privado		2.702.118	2.098.505	Sociais e estatutárias		4.018	4.012
Provisão para perdas em operações de crédito		(149.936)	(137.566)	Fiscais e previdenciárias	8.2	13.952	37.065
Operações de arrendamento mercantil	7.b	(2.104)	(2.433)	Diversas	8.1	38.401	69.940
Operações de arrendamento a receber:							
Setor privado		38.831	41.790				
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(38.023)	(40.918)				
Provisão para perdas em operações de arrendamento				EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		3.777.271	2.221.417
mercantil		(2.912)	(3.305)	Depósitos	10	<u>707.615</u>	594.050
Outros créditos		566.003	108.669	Depósitos a prazo		707.615	594.050
Créditos por avais e fianças honrados	7.c	15.040	4.367	Captação mercado aberto	10	744.871	
Diversos	8.1	571.892	107.074	Carteira própria		744.871	
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7	(20.929)	(2.772)	Obrigações por empréstimos e repasses	11	2.237.424	1.548.502
Outros valores e bens		27.703	21.077	Repasses do país - instituições oficiais		2.237.424	1.548.502
Outros valores e bens		32.893	23.070	Intrumentos financeiros derivativos	21	5.497	3.035
Provisão para desvalorizações		(6.849)	(3.642)	Intrumentos financeiros derivativos		5.497	3.035
Despesas antecipadas		1.659	1.649	Outras obrigações		81.864	75.830
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.490.497	1.769.129	Fiscais e previdenciárias	8.2	40.896	16.729
Títulos e valores mobiliários e instrumentos				Diversas	8.1	40.968	59.101
financeiros derivativos		5.290					
Intrumentos financeiros derivativos	21	5.290	-				
Operações de crédito	7.a	2.284.542	1.555.215			455.440	400 704
Operações de crédito:				RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	12	157.110	120.791
Setor privado		2.403.976	1.682.407	Resultados de exercícios futuros		157.110	120.791
Provisão para perdas em operações de crédito		(119.434)	(127.192)				
Operações de arrendamento mercantil	7.b	(2.007)	(1.913)				
Operações de arrendamento a receber:				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	1 006 667	989.760
Setor privado		35.474	44.544	Capital - de domiciliados no exterior	14	1.086.667 885.597	795.452
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(35.474)	(44.544)	Capital - de domiciliados no País		5.986	5.377
Provisão para perdas em operações de arrendamento				Aumento de capital		5.960	45.753
mercantil		(2.007)	(1.913)	Reserva de capital		113.908	113.908
Outros créditos		202.672	215.827	Reserva de lucros		78.854	37.219
Créditos por avais e fianças honrados	7.c	556	23.365	Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		2.322	(1.730
Diversos	8.1	202.129	215.826	Prejuízos acumulados		2.522	(6.219
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(13)	(23.364)	riejuizos acumulados			(0.213
PERMANENTE		139.307	142.185				
Investimentos		626	547				
Outros investimentos		1.133	1.054				
Provisão para perdas		(507)	(507)				
Imobilizado de uso		2.833	2.108				
Outras imobilizações de uso		7.225	6.214				
Depreciações acumuladas		(4.392)	(4.106)				
Imobilizado de arrendamento	9	107.992	134.304				
Bens arrendados		154.510	254.523				
Superveniência de depreciação		38.935	34.833				
Depreciações acumuladas		(85.453)	(155.052)				
Diferido		2.281	3.071				
Gastos de organização e expansão		4.242	5.215				
Amortização acumulada		(1.961)	(2.144)				
Intangível		25.575	2.155				
Ativos intangíveis		25.939	2.339				
Amortização acumulada		(364)	(184)		\		
Total		6.124.688	4.413.936	Total		6.124.688	4.413.936

E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado) Ajuste ao valor

Aumento

Reserva

Reserva

Capital social

		Capital social	Aumento	Reserva	neserva	titulos e valores	Lucios / Frejuizos	
	Notas	realizado	de capital	de capital	de lucros	mobiliários	acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		800.829	-	113.908	120.964	(582)	-	1.035.119
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	6.a e 21	-	-	-	-	(1.148)	-	(1.148)
Aumento de capital		-	45.753	-	-	-	-	45.753
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	163.863	163.863
Dividendos pagos Destinações:		-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)
Reserva legal		-	-	-	5.502	-	(5.502)	-
Reserva outras		-	-	-	(89.247)	-	89.247	-
Remuneração do capital próprio							(53.827)	(53.827)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		800.829	45.753	113.908	37.219	(1.730)	(6.219)	989.760
Mutações do exercício			45.753		(83.745)	(1.148)	(6.219)	(45.359)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		800.829	45.753	113.908	37.219	(1.730)	(6.219)	989.760
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	6.a e 21	-	-	-	-	4.052	-	4.052
Aumento de capital	14	90.753	(45.753)	-	(45.000)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	204.110	204.110
Reserva legal		-	-	-	4.642	-	(4.642)	-
Reserva outras		-	-	-	81.994	-	(81.994)	-
Remuneração do capital próprio							(111.255)	(111.255)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		891.582		113.908	78.855	2.322		1.086.667
Mutações do exercício		90.753	(45.753)		41.636	4.052	6.219	96.907
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013		846.582	-	113.908	123.763	1.634	-	1.085.887
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	6.a e 21	-	-	-	-	688	-	688
Aumento de capital	14	45.000	-	-	(45.000)	-	-	-
Lucro do semestre		-	-	-	-	-	111.347	111.347
Reserva legal		_	_	_	4	_	(4)	_
Reserva outras		_	_	-	88	-	(88)	-
Remuneração do capital próprio		-	-	-	-	_	(111.255)	(111.255)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		891.582		113.908	78.855	2.322	-	1.086.667
Mutações do semestre		45.000			(44.908)	688		780

de mercado de

Lucros / Preiuízos

títulos e valores



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CNH Capital S.A. ("Banco") foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de janeiro de 1999. As atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999.

O Banco está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil, passando a operar no repasse de linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME) a partir de abril de 1999. Atualmente, as operações do Banco são voltadas ao financiamento para a aquisição de produtos da CNH Latin America Ltda., através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME). crédito ao consumidor - CDC, operações de arrendamento mercantil e empréstimo de capital de giro.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações da Lei nº 11.638/07 e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- (a) Pronunciamento conceitual básico (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- (b) CPC 01 (R1) Redução ao valor recuperável de ativos homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; (c) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; (d) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09: (e) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- (f) CPC 23 Políticas Contábeis, mudanca de estimativa e retificação de erro homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- (g) CPC 24 Contabilização e divulgação de eventos subsequentes homologado pela Resolução nº 3.973/11; (h) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva

SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Resolução CMN nº 3.823/09.

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são: Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro-rata" dia.

b) Fluxo de caixa

- Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, o Banco utiliza o método indireto segundo o qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos: Das transações que não envolvem caixa;
- II. De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e III. De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento/ resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até à data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001 foram classificados nas seguintes categorias:

- I. Títulos disponíveis para venda: são avaliados a valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada: "Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários, e acrescidos dos rendimentos auferidos até à data do balanco, os quais foram lancados no resultado;
- II. Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até à data do balanço, os quais foram lançados no resultado; III. Títulos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem freguentemente negociados e de
- forma ativa, são ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização, em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

Instrumentos financeiros derivativos Conforme determinado na Circular BACEN nº 3.082/02, os instrumentos financeiros derivativos

- compostos por operações de swap são avaliados e contabilizados pelos seguintes critérios • Operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou
- passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa "pro-rata" até à data do balanço As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme seque: • Instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge - em conta de receita ou
- Instrumentos financeiros considerados como hedge são classificados como hedge de risco de
- mercado ou hedge de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos itens-objeto de hedge

devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços. Os hedges de risco de mercado são destinados a compensar o risco decorrente da exposição à variação no valor de mercado do item-objeto de hedge. Sua valorização ou desvalorização deve ser registrada à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Os hedges de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa estimado. A valorização ou desvalorização da parcela efetiva deve ser registrada em contrapartida em conta destacada no patrimônio líquido, deduzidos os efeitos tributários. A parcela não efetiva do *hedg*e, quando aplicável, é reconhecida diretamente no resultado do período.

Provisão para perdas em operações de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída com base na análise individual dos créditos a receber, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas. Adicionalmente, foi observado o conteúdo da Resolução CMN nº 3.749/2009, que estabelece critérios para a classificação de operações de crédito rural, objeto de renegociação.

Bens não de uso próprio

No recebimento de bens não de uso próprio, é adotado o menor valor dentre os seguintes: 1. Valor do crédito:

2. Valor do bem apurado em laudo de avaliação, com indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados, e instituído com documentos relativos ao bem avaliado; e

3. Na hipótese de crédito já baixado como prejuízo e na ocorrência de incerteza, quanto ao valor da realização do bem objeto de dação em pagamento, prevalece o valor do bem apurado em laudo de avaliação. O reconhecimento como receita não operacional se dará quando da alienação.

Arrendamento mercantil

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas, mensalmente, de forma linear, com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais e com a legislação fiscal vigente. Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como

suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil. Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela

diferenca apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento

Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com as Resoluções nºs 3.642 de 26/11/2008 e 2.283 de 05/06/1996, ambas do BACEN e registrado pelo custo de aquisição. Está composto por direito de uso de linha de negócios adquiridos junto a terceiros, com amortização linear e de acordo com o prazo previsto em contrato de cinco anos. Redução ao valor Recuperável dos Ativos – uma perda é reconhecida, caso existam evidências claras de que o ativo está avaliado por valor não recuperável. Este procedimento é realizado anualmente.

Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa,

registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por "impairment" quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "pro rata temporis"

Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/2009. do CMN que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem
- Contingências passivas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação e;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas administrativas ou judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

Provisões para imposto de renda e contribuição social A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de

adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre). A contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15% O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, e estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações -Fiscais e previdenciárias" e refletidos no resultado do exercício. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos,

financeiros ou não, receitas e despesas. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. Resultado de exercícios futuros Referem-se às receitas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos

futuros, sendo que já devem ser deduzidas dos custos e despesas correspondentes, incorridos ou a

incorrer, incluindo rendimentos não restituíveis. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos "pro-rata" dia

Foi calculado com base no número de ações em circulação na data-base de 31 de dezembro de 2013.

CAIXA E EOUIVALENTES DE CAIXA

Uso de estimativas contábeis

	2013	2012
Disponibilidades	1.012	598
Aplicações no mercado aberto (Nota 5)	349.742	403.743
Total	350.754	404.341

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2013	2012	
	Circulante	Circulant	
Título	Até 3 meses	Até 3 meses	
Operações compromissadas	349.742	403.743	
Total	349.742	403.743	
TÍTULOS E VALORES MORUJÁRIOS			

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco não possuía aplicação em títulos e valores mobiliários e em 31 de dezembro 2012, os títulos e valores mobiliários eram representados, como seque 2012

valor do custo	vaior de	Ajuste acumulado
corrigido	mercado	no patrimônio
10.028	10.029	1
10.028	10.029	1
(*) O valor de me	rcado dos títulos públicos federais é	obtido, através da utilização de preços divulgados

- pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).
- Títulos disponíveis para a venda: Em 31 de dezembro de 2013, o Banco apurou uma receita com aplicações interfinanceiras (nota 5) e Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$ 34.208 (R\$ 31.525 em 2012).

OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

CIRCULANTE		
Repasses no país - BNDES FINAME	526.984	649.349
Empréstimos e financiamentos	2.175.134	1.449.156
Provisão para perdas em operações de crédito	(149.936)	(137.566)
Subtotal	2.552.182	1.960.939
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Repasses no país - BNDES FINAME	1.702.210	1.493.011
Empréstimos e financiamentos	701.766	189.396
Provisão para perdas em operações de crédito	(119.434)	(127.192)
Subtotal	2.284.542	1.555.215
Total	4.836.724	3.516.154
Em 31 de dezembro de 2013, o Banco apurou receitas com Operaçõ	es de Crédito no	montante de

R\$ 511.050 (R\$ 532.875 em 2012).

b) A carteira de arrendamento mercantil está composta da seguinte forma:

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas

	20.5	2012
Arrendamentos a receber	74.305	86.334
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(73.497)	(85.462)
Bens arrendados (Nota 9)	154.510	254.523
Superveniência de depreciação (Nota 9)	38.935	34.833
Depreciação acumulada de bens arrendados (Nota 9)	(85.453)	(155.052)
Perda em arrendamento a amortizar	745	1.005
Amortização acumulada do diferido	(1.041)	(809)
Credores por antecipação de valores residuais (Nota 8)	(41.885)	(56.304)
Total	66.619	79.068

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco apurou receitas com operações de Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 65.999 (R\$ 113.470 em 2012) e despesas com Arrendamento Mercantil, no montante de R\$ 50.692 (R\$ 100.805 em 2012). O Banco registrou provisão para perdas no montante de R\$ 9.997 (R\$ 5.218 em 2012).

A composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil, devedores por compra de valores e bens e avais e fianças honrados, por tipo de cliente e atividade econômica é como segue:

	2013	2012
SETOR PRIVADO		
Rural	2.229.194	1.509.524
Indústria	-	576
Comércio	1.436.415	822.488
Serviços	994.111	696.434
Pessoa física	1.032.091	858.690
Total da carteira	5.691.811	3.887.712
CIRCULANTE		
Operações de crédito	2.702.118	2.013.771
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	35.298	38.106
Devedores por compra de valores e bens (vide nota 8.1)	503.503	84.734
Créditos por avais e fianças honrados	15.040	4.367
Total da carteira	3.255.959	2.140.978
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Operações de crédito	2.403.976	1.682.407
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	31.322	40.962
Créditos por avais e fianças honrados	556	23.365
Total da carteira	2.435.854	1.746.734

Apresentação da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, devedores por compra de outros valores e bens e avais e fianças honrados, de acordo com os níveis de risco: 2013

								/12
Nível	Em curso	normal	Vend	idos	Total	Total	Total	Total
de	Opera-	Provi-	Opera-	Provi-	Opera-	Provi-	Opera-	Provi-
risco	ções	sões	ções	sões	ções	sões	ções	sões
AA	361.813	-	-	-	361.813	-	200.038	-
Α	1.931.300	9.656	-	-	1.931.300	9.656	1.289.057	6.445
В	1.934.068	19.341	20.246	202	1.954.314	19.543	935.062	9.351
C	793.069	23.792	43.914	1.317	836.983	25.109	883.281	26.499
D	350.456	35.046	31.730	3.173	382.186	38.219	299.257	29.925
E	958	287	10.872	3.262	11.830	3.549	61.344	18.403
F	728	364	6.417	3.208	7.145	3.572	18.187	9.094
G	31.431	22.002	4.101	2.871	35.532	24.873	16.971	11.880
H	108.252	108.252	62.456	62.456	170.708	170.708	184.515	184.515
Total	5.512.075	218.740	179.736	76.489	5.691.811	295.229	3.887.712	296.112

Os quadros abaixo contemplam as provisões de garantias prestadas registradas em conta de compensação "Garantias prestadas - em curso normal", cuja provisão para perdas estão registradas no passivo na rubrica de "Outras obrigações", como segue:

2013 Nível de risco Operações Provisões Operações Provisões 63.913 38.323 120.316 602 151.228 54.696 547 103.381 1.034 27.936 838 58.372 1.751 11.456 1.146 7.764 776 3.717 1.115

23

11.848

Garantias prestadas - em curso normal - BNDES FINAME e FIDC

2.201

20.089

2013

2012

414.914

1.541

20.089

Provisão para garantias prestadas

O Banco é responsável por recomprar parcelas vencidas e contratos de repasse BNDES FINAME e CESSÃO DE CRÉDITO FIDC não honrados, conforme contratos de convênios firmados junto a outras instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2013, as coobrigações e riscos com garantias prestadas pelo Banco montavam a R\$ 258.805 (R\$ 414.914 em 2012). O valor total das garantias prestadas recompradas referentes a estas operações de repasse vencidas, montavam em R\$ 15.596 em dezembro de 2013 (R\$ 27.732 em 2012) e, estão registradas na conta de "Créditos por avais e fianças honradas". Em dezembro de 2013, o Banco possui provisão no montante de R\$ 11.848 (R\$ 27.710 em 2012), registrada no passivo na conta "Provisão para passivos contingentes" referente às garantias prestadas em curso normal e R\$ 20.941 (R\$ 26.136 em 2012), registrada no ativo na conta outros créditos de liquidação duvidosa" referente às garantias já honradas.

O Banco prestou garantias de Carta de Fiança bancária a concessionários Iveco Em 31 de dezembro de 2013, as garantias montavam R\$ 62.000 e possuíam provisão

33

no montante de R\$ 620.

Movimentação da provisão para perdas com crédito

A movimentação da provisão para perdas com créditos, a qual inclui, além das operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, é como segue:

2013

2012

	2° Seme	estre de 2013	Exercici	de 2013 Exercicio de 2012		o de 2012
	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME e	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME e	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e	Provisão para convênios de financiamento BNDES	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e
	carta fiança	fianças prestadas	carta fiança	fianças prestadas	FINAME	fianças prestadas
Saldo no início do período	20.234	286.599	27.710	296.112	44.452	286.982
Complemento reversão da provisão para perdas						
com créditos	(7.766)	53.698	(15.242)	78.609	(16.742)	153.690
Parcela utilizada (compensação como prejuízo)		(45.068)		(79.492)		(144.560)
Saldo final	12.468	295.229	12.468	295.229	27.710	296.112
Os créditos recuperados no exercício somaram R\$ 136.196	(R\$ 198.147 em 201	2) e os créditos renegociado	os somaram R\$ 26.951	(R\$ 47.069 em 2012).		

8. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

8.1. Diversos

	2013	2012	
Outros créditos – circulante			
Créditos tributários (vide nota 13.c)	37.663	44.917	
Imposto a compensar	10.565	9.814	
Títulos e créditos a receber (a)	503.503	-	
Valores a receber de sociedades ligadas (vide nota 18)	16.438	22.428	
Valores a serem devolvidos BNDES 3772	-	25.429	
Outros	3.723	4.486	
Total	571.892	107.074	
Outros créditos – longo prazo			
Créditos tributários (vide nota 13c)	198.327	210.963	
Devedores de depósito em garantia	3.802	4.863	
Total	202.129	215.826	
Outras obrigações – circulante			
Credores por antecipação de valor residual em garantia	21.888	27.254	
Parcelas recebidas e não baixadas (a)	2.532	10.840	
Valores a pagar – convênios (vide nota 7.e)	7.082	14.455	
Provisão para pagamentos a efetuar	833	2.941	
Despesas de pessoal	2.801	2.487	
Outras despesas administrativas	3.265	1.963	
Outros		10.000	
Total	38.401	69.940	
Outras obrigações – longo prazo			
Credores por antecipação de valor residual de garantia	19.996	29.050	
Valores a pagar – convênios (vide nota 7.e)	5.386	13.255	
Provisão para passivos trabalhistas (vide nota 20)	6.627	9.738	
Provisão para passivos cíveis (Nota 20)	8.959	7.058	
Total	40.968	59.101	

(b) O Banco recebeu dos clientes, parcelas de pagamento de operações de crédito que foram identificadas e não baixadas, contabilmente, até o encerramento do balanco em 31 de dezembro de 2013, tais parcelas são baixadas no mês subsequente em até 5 dias úteis.

(a) Referente à compra pelo Banco CNH de créditos de titularidade de Empresas não Financeiras do

8.2. Fiscais e previdenciárias

Grupo CNH Industrial, sem coobrigação do cedente

2013 2012 Fiscais e previdenciárias - circulante 13.952 37.065 Impostos e contribuições a recolher 13.952 37.065 Fiscais e previdenciárias – longo prazo Provisão para impostos sobre diferido (vide nota 13.c) 15.574 13.933 Provisão para riscos fiscais (vide nota 20) ... 25.322 2.796 40.896 16.729

IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO E INTANGÍVEL 9.1. Imobilizado

Veículos e afins	154.510	254.523
Superveniência de depreciação	38.935	34.833
Depreciação acumulada	(85.453)	(155.052)
Total	107.992	134.304
Movimentação da superveniência de depreciação		
	2013	2012
California (alternative)	34.833	37.134
Saldo inicial	34.833	37.134
Saldo inicial	10.730	17.644
		57.151
Superveniência / Insuficiência de depreciação do período	10.730	17.644

No exercício, foram registrados R\$ 10.739 de superveniência de depreciação (R\$ 17.644 de superveniência de depreciação em 2012) em contrapartida de receitas de operação de arrendamento mercantil. O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

	2013	2012			
Intangível	25.939	2.339			
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis	(364)	(184)			
Total	25.575	2.155			
Em 30 de dezembro de 2013, foi firmado entre o Banco Fidis S.A. e o Banco CNH Capital S.A. com					

anuência da Iveco Latin America Ltda., Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações, o qual transfere o direito de uso de linha de negócios pelo Fidis ao Banco CNH, para prestação de serviços financeiros aos Clientes Finais, Concessionários e à Iveco. O valor da operação será amortizado em cinco anos com o prazo contratual correspondendo à taxa de 20% ao ano.

10. DEPÓSITOS

	2013			2012		
	Circul	Circulante		Exigível a longo prazo		
Título	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total	Total
CDI	206.009	45.480	-	-	251.489	280.490
CDB (*)	18.618	12.998	139.919	567.696	739.231	640.125
Total	224.627	58.478	139.919	567.696	990.720	920.615
(*) Δ taxa	média verificada	nara as onerac	ñes de denási	tos a nrazo no	ano foi de	96 27% do

CDI (102% em 2012). Em 31 de dezembro de 2013, o Banco apurou uma despesa com captação no mercado no montante

de R\$ 76.882 (R\$ 41.955 em 2012).

BANCO CNH CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825

Curitiba - PR - Brasil Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540



15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Despesas de serviços de terceiros (b) ..

Despesas de processamento de dados ..

Despesas de viagens e transportes .

Despesas de comunicações ..

Outras despesas administrativas ...

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Recuperação de encargos e despesa

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas de fianças bancárias (a)

Despesas de comissões .

Depósitos (CDB e LCA)

Fiat do Brasil S.A.

Fiat Automóveis S.A.

CNH Administração .

Demais empresas

Fiat do Brasil S.A.

Outros créditos e obrigações

CNH Latin America Ltda.

Fiat Finanças

CNH Global

Fiat Industrial

(R\$ 9.738 em 2012). Provisões para riscos fiscais

complementar no 116/03.

Provisões para riscos cíveis

Movimentação das provisões

Saldo final em 31/12/2012 .

Saldo final em 31/12/2013.

termos pactuados.

Constituição / Reversão

Atualização monetária

Baixas por pagamento

"Outras obrigações - provisão para riscos cíveis"

Provisões para riscos trabalhistas

CNH Industrial NV .. Serviços prestados .

CNH Latin America Ltda. ..

Despesas com provisão para contingências ...

Despesas de vistorias de bens financiados

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Despesas com atualizações monetárias

Outras despesas operacionais

Despesas descontos concedidos em renegociações

Outras rendas operacionais

Despesas de promoções e publicidade

Despesa de serviço do sistema financeiro .

Despesas de amortização e depreciação ...

Despesas de manutenção e conservação de bens

Despesas de serviços técnicos especializados (a)

Despesas de emolumentos judiciais e cartoriais



Instrumentos financeiros derivativos (Swap)

(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(a) Referem-se, substancialmente a serviços de assessores jurídicos, no montante de R\$ 8.048

(b) Referem-se, substancialmente a serviços de cobrança no montante de R\$ 3.533 (R\$ 3.617 em

2012), e outros prestadores serviços no montante de R\$ 1.765 (R\$ 1.323 em 2012).

(a) O valor refere-se a despesas com fiança bancária garantidoras das operações com o BNDES.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes

Receita

(prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

Ativo

(456.694)

(1.149)

(123)

(19)

(312)

(285)

(27)

62

16.438

16.376

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

(303.826)

(151.201)

(R\$ 10.670 em 2012), utilização de serviços técnicos de contabilidade, impostos, serviços financeiros

e serviços de análise de crédito R\$ 6.829 (R\$ 7.380 em 2012) e outros prestadores de serviços.

2° Semestre

2013

(8.645)

(2.590)

(3.290)

(2.093)

(1.803)

(853)

(622)

(201)

(304)

(1.838)

2° Semestre

2° Semestre

2013

1.205

4.791 5.996

2013

(9.578)

(2.907)

(143)

(299)

(139)

(1.974)

Receita

(122)

(13)

(2)

(5.178)

(3.802)

(3.525)

(3.234)

(19.633)

(19.633)

(291)

(33.988) (543.849)

2º Semestre de 2013 Exercício de 2013 Exercício de 2012

(Passivo) (Despesa) (Passivo) (Despesa)

Ativo

(376)

(123)

(19)

(312)

(285)

(27)

62

16.438

16.376

(1.149)

(29.249) (456.694)

(20.826) (303.826)

(4.497) (151.201)

(86)

(9)

(1)

(3.802)

(1.759)

(1.617)

(142)

9.578

9.578

Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa para o exercício, bem como

pela remuneração variável, provisionada no exercício e paga no exercício, e totalizaram R\$ 1.562

O Banco questiona judicialmente certas contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Com base no atual estágio dos referidos processos, na avaliação da Administração e na opinião de seus assessores

jurídicos, foram registradas as provisões em montantes considerados suficientes pela Administração,

na rubrica de "Outras obrigações - provisões para riscos fiscais" no montante de R\$ 25.322

(R\$ 2.796 em 2012), na rubrica de "Outras obrigações - provisões para riscos cíveis" no montante

O Banco CNH Capital S.A. vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. As principais questões são

- COFINS - R\$ 23.892 - pleiteia restituir a COFINS (Lei nº 9.718/98, artigo 3º), quanto à incidência

desse imposto apenas sobre as receitas com vendas de mercadorias e receitas de prestação de serviços.

Afastando-se assim, a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida

- ISS - R\$ 1,430 (R\$ 2,114 em 2012) - pleiteia o indeferimento do auto de infração, no qual o

Banco CNH Capital S.A. foi autuado em razão da prestação de serviços de vistoria em contratos de

FINAME, diante da falta de previsão do serviço na lista anexa ao Decreto-lei nº 406/68, e a Lei

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em

especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas

individualmente e as provisões no montante de R\$ 6.627 (R\$ 9.738 em 2012), encontram-se registradas

São acões judiciais movidas de caráter indenizatórios e revisionais de crédito. As acões de caráter

indenizatório referem-se à indenização por dano moral, referentes a protesto e inserção de informação

sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são controladas individualmente e as

provisões no montante de R\$ 8.959 (R\$ 7.058 em 2012), encontram-se registradas na rubrica de

Fiscais

2.796

22.438

25.322

Os principais riscos relacionados aos negócios são risco de crédito, de mercado, de liquidez e risco

a) Risco de crédito: possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não

b) Risco de mercado: relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados

cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos

de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados

Risco de liquidez: relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com

reflexos sobre a capacidade financeira do Banco, em obter recursos para honrar seus compromissos.

PAULO MAXIMO FILHO

Diretor

Visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros ocasionadas, em virtude de um

cenário macroeconômico instável, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de captação

139

(51)

Trabalhistas

(159)

305

(3.257)

6.627

Cíveis

7.058

2.334

90

(523)

8.959

19.592

24.613

534

(3.831)

40.908

na rubrica de "Outras obrigações - provisão para riscos trabalhistas".

(1.130)

Exercício

2013

(16.789)

(5.734)

(5.373)

(3.609)

(3.092)

(1.814)

(2.007)

(1.112)

(528)

(421)

Exercício

2013

4.310

8.388

12.698

2013

(19.633)

(4.960)

(1.960)

(674)

(287)

(1.974)

Ativo

__(43.145) (545.392) __(14.354)

(1.063)

(115)

(17)

(273)

(252)

(21)

(22.428)

(22.428)

(22.428)

(2.528)

2012

(19.426)

(1.051)

(4.551)

(3.668)

(3.748)

(2.022)

(1.691)

(1.021)

(673)

(297)

(1.520)

2012

11.598

9.538

21.136

2012

(20.479)

(7.488)

(4.395)

(658)

(188)

(113)

(34.223)

Receita

(199)

(22)

(2)

(5.117)

(4.500)

(19.712)

(17.899)

(1.813)

(617)

(14.069)

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Referem-se a repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES (modalidade BNDES FINAME), com vencimentos até 2021 e com encargos à taxa prefixada entre 1,5% e 11,00% ao ano ou pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de iuros entre 1,0% e 3,0% ao ano. Em 31 de dezembro de 2013, o Banco apurou uma despesa com empréstimo e repasse no montante de R\$ 44.182 (R\$ 46.702 em 2012).

12. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se às receitas de juros recebidas antecipadamente, oriundas substancialmente da parte relacionada à CNH Latin América e sua rede de concessionárias, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado, conforme os prazos dos correspondentes contratos

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do período:

	2° Semestre Exer		cício
	2013	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição			
social e após as participações	107.047	261.811	191.111
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às			
alíquotas nominais de 25% e 15%, respectivamente	(42.819)	(104.724)	(76.444)
Efeito das exclusões / adições permanentes / temporárias:	47.119	47.023	(4.631)
Efeito das adições / exclusão do semestre / exercício	1.456	1.360	(703)
Destinação para incentivos fiscais	1.161	1.161	-
Efeito dos juros sobre o capital próprio	44.502	44.502	1.039
Ajuste da base de cálculo da CSLL (*)			(4.967)
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre			
o resultado do semestre / exercício, líquido dos			
impostos diferidos	4.300	(57.701)	(81.075)
(*) Seguindo uma nova orientação jurisprudencial do CAR	F - Conselho Ac	dministrativo d	de Recursos

Fiscais, o BCNH passou a neutralizar os efeitos dos ajustes de insuficiência ou superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil na base de cálculo da CSLL Em maio de 2012, foi efetivado o recálculo da CSLL dos últimos 5 anos, gerando uma despesa de imposto de R\$ 4.967.

b) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado:

	2013	
Impostos e contribuições correntes:		
Imposto de renda e contribuição social	(38.873)	(30.294)
Impostos e contribuições diferidos:		
Imposto de renda e contribuição social	(18.828)	(50.781)
Total	(57.701)	(81.075)
Movimentação e origem dos créditos tributários de impost	n de renda e c	ontribuição

social diferidos:

Constituição

		Constituição	
		(reversão	
	Saldos em	líquida da	Saldos em
Descrição	31/12/12	realização)	31/12/13
Provisão para perdas com créditos (a)	202.104	(22.194)	179.910
Provisão para perdas com Cédula de Crédito Rural (CPR)	1.725	(76)	1.649
Provisão para contingências	4.817	(1.518)	3.299
Provisão para desvalorização de bens não de uso	1.457	1.283	2.740
COFINS Lei nº 9.718	35.508	7.967	43.475
Outros	10.269	(5.352)	4.917
Total	255.880	(19.890)	235.990
Imposto de renda diferido passivo sobre superveniência			
de depreciação	(13.933)	(1.641)	(15.574)
Créditos tributários - líquidos	241.947	(21.531)	220.416
(a) O crédito tributário de imposto de renda e contrib			

e liquidação duvidosa sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento financeiro é composto, basicamente, por parte da provisão existente de R\$ 179.910, acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430. Expectativa de realização dos créditos tributários: Considerando as expectativas de resultados 19.

futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações e o atual cenário econômico, a Administração considera que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2013, atendem aos requerimentos dados pela Resolução nº 3.059/02 e Resolução nº 3.355/06 do CMN (Conselho Monetário Nacional) e serão realizados nos seguintes prazos:

Ano	2013	2012
2013	-	44.917
2014	37.663	80.424
2015	82.538	44.917
2016	39.063	44.917
2017	39.063	40.705
2018	37.663	
Total	235.990	255.880
O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias	considerando	a taxa média

de captação, líquido dos efeitos tributários, é de R\$ 181.867 (R\$ 210.842 em 2012).

Medida provisória nº 627

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e COFINS. A MP 627/13 dispõe sobre

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos, em razão da convergência das normas contábeis
- brasileiras aos padrões internacionais; • a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e

 o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. O Banco CNH Capital S.A. aguardará a conversão da Lei do MP 627/13 para análise mais profunda e

conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para o Banco. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 891.582.770 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 477.107.338 ações pertencentes à CNH Indal N.V. com sede na Holanda, 408.489.345 ações pertencentes à CNH Capital UK Limited com sede no Reino Unido, e 5.986.087 ações da CNH Latin América Ltda. A distribuição de dividendos está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

O Banco realizou aumento do capital social, no montante de R\$ 45.000 (emissão de 45.000.000 ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada uma), através da capitalização de parte dos lucros auferidos no 1º semestre do exercício de 2013, conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de setembro de 2013.

Em 22 de janeiro 2013 foi homologado pelo Banco Central do Brasil o aumento de capital realizado em 2012 no valor de R\$ 45.753, através de capitalização de juros sobre o capital próprio, o qual foi 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS reclassificado da conta de aumento de capital para a conta de capital social.

Reserva de capital

A reserva de capital é decorrente substancialmente de ágio na subscrição de ações, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital social. Reserva de lucros

A reserva de lucros - outros, refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, permanecendo nesta condição até que o Conselho de Administração delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias.

Juros sobre o capital próprio

O Banco efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 111.255, sendo o valor líquido do imposto de renda retido na fonte equivalente a R\$ 94.567. O referido pagamento foi realizado proporcionalmente à participação de cada acionista do Banco

balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das

mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações

necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante,

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base

em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja

planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito

dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados

dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas

BRETT DAVID DAVIS

Diretor-Presidente

VALENTINO RIZZIOLI

Presidente do Conselho

Aos Administradores e Acionistas do Banco CNH Capital S.A. - Curitiba - PR

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

independentemente se causada por fraude ou erro

Responsabilidade dos auditores independentes

estão livres de distorção relevante

RICARDO PEGORINI

Diretor

BRETT DAVID DAVIS Conselheiro

DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a

razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação

das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa

Base para opinião com ressalva financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como O Banco registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência de depreciação, classificada do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

no ativo permanente (Nota explicativa nº 7). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante, realizável a longo prazo e rendas de arrendamento, mas resultam na adequada apresentação Em nossa opinião, exceto quanto à não reclassificação referida no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos

Referencial líquido a Aiuste ao (Contas de receber Valor de valor de mercado Contratos de swaps compensação) (a pagar) mercado 3.870 Ativos Pré x Passivos DI (**). 315.000 1.398 (4.018)(5.416 484.609 1.245 (301)

pós-fixadas e operando com aplicações (operações de crédito) com taxas prefixadas, o Banco realizou

operações de swaps que permitem o controle e/ou manutenção dos spreads esperados nas referidas

operações. Os contratos de swaps, firmados com outras instituições financeiras, estão registrados

Valo

31/12/2013

Valor

(1.546 31/12/2012 Valor Valor Referencial líquido a Ajuste ao receber Contratos de swaps mercado compensação) (a pagar) mercado Ativos DI x Passivos Pré (**) (5.046)(5.046) 92.389 2.160 (2.886)

(*) Instrumento financeiro classificado como hedge de risco de mercado, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no resultado do exercício.

(**) Instrumento financeiro classificado como hedge de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido. O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da reserva do valor justo dos

instrumentos financeiros derivativos no patrimônio líquido, bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objeto de hedge possuem as sequintes faixas de vencimento: Até De 1 a Acima de

	1 ano	3 anos	3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
31/12/2013	(93)	677	3.133	3.717
31/12/2012	(2.011)	(416)	(2.619)	(5.046)
O Banco tem como política a utilização de instrumento	s financeiro	os derivativos,	única e exclu	sivamente

O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em

parte, a taxas prefixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de *Swap* de taxas de juros em que é pago o valor nocional corrigido por uma taxa de juros fixa e recebe o valor nocional corrigido por uma taxa de juros variável mitigando, assim, o risco de taxa de juros do item objeto de hedge. Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" risam realizar o "matching" da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das captações pós-fixadas.

A efetividade do item objeto de *hedge* em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável, é apropriada diretamente ao resultado.

Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento a análise de "duration gap's" e "interest rate" e o VAR ("value at risk"). Quando o gap ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de taxas de juros adotada pelas empresas do Grupo Fiat Industrial, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando enquadramento na política de risco de mercado adotado pelo Banco. Os instrumentos derivativos financeiros são marcados a mercado diariamente e por ocasião do

fechamento dos balancetes mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como hedge de fluxo de caixa.

Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários

A seguir são apresentadas as movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituída no patrimônio líquido

31/12/2013

	Instrumentos	
	financeiros	Total
Saldo da reserva do valor justo no final do exercício	3.870	3.870
Efeitos de imposto de renda e contribuição social	(1.548)	(1.548)
Ajuste de avaliação patrimonial	2.322	2.322
	31/12/201	12
	Instrumentos	
	financeiros	Total
Saldo da reserva do valor justo no final do exercício	(2.885)	(2.885)
Efeitos de imposto de renda e contribuição social	1.154	1.154
Ajuste de avaliação patrimonial	1.713	1.713

As perdas lançadas no resultado decorrem da liquidação das operações de instrumentos financeiros, e não pela ausência de efetividade do instrumento de hedge no intervalo estabelecido na política de proteção do Banco

Resumo das operações de swap em aberto na data de 31 de dezembro de 2013 de R\$ 8.959 (R\$ 7.058 em 2012) e provisão para riscos trabalhistas, no montante de R\$ 6.627

	Valor	Valor
Descrição	referencial	justo
Posição ativa – hedge de valor justo		
Taxa 113,10% CDI	200.000	204.621
Taxa 113,35% CDI	115.000	117.897
Total	315.000	322.518
Posição passiva – hedge de valor justo		
Taxa pré	315.000	326.536
Total	315.000	326.536
	Valor	Valor
Descrição	referencial	justo
Posição ativa – hedge de fluxo de caixa		
Taxa 100,75% CDI	25	37
Taxa 100,95% CDI	289	411
Taxa 102,40% CDI	14.000	14.984
Taxa 103,00% CDI	2.540	3.246
Taxa 104,00% CDI	51.930	55.416
Taxa 105,00% CDI	27.151	30.738
Taxa 105,20% CDI	33.678	36.790
Taxa 110,00% CDI	15.005	15.366
Taxa 115,00% CDI	24.992	26.238
Total	169.610	183.226
Posição passiva – hedge de fluxo de caixa		
Taxa pré	169.610	179.509
Total	169.610	179.509
Diferencial – hedge de valor justo		(4.018)
Diferencial – hedge de fluxo de caixa		3.717
Valor de mercado líquido		(301)

22. LIMITES OPERACIONAIS

O CMN (Conselho Monetário Nacional), através da Resolução nº 3.490/07, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2013 é 18.20% (23.05% em 2012).

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme descrito na nota 9.2. - Intangível, a partir de janeiro de 2014 o Banco CNH Capital S.A. passou a financiar as operações da rede de concessionárias e clientes do Grupo IVECO, em virtude de uma reorganização mundial das empresas do Grupo CNH/FIAT.

No que refere-se à linha de negócios de atacado ("Floor Plan/Wholesale"), a partir de maio de 2014 o Banco CNH Capital S.A. vai operar a carteira de crédito rotativo, mantida atualmente pelo Banco FIDIS junto às concessionárias da IVECO, sendo este destinado à aquisição de veículos por elas, para revenda aos consumidores finais.

> **CHEFE DE CONTABILIDADE** FLÁVIO CORREIA SANTOS CRC RJ-088.855/O-0 - CPF 905.095.287-91

> > **CONTADORA**

ODDONE INCISA CRISTINA SCATOLIN OUIRINO CRC PR-055.349/O-4 - CPF 006.780.869-74 Conselheiro

das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CNH Capital S.A. ("Banco"), que compreendem o

Outros assuntos Demonstração do valor adicionado

CARLA LUCIANA MATTEDI

Diretora

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas demonstrações financeiras está sendo apresentada de forma voluntária pelo Banco, uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo de base para opinião com ressalva, está adequadamente apresentada, em todos seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2014.



Rogério Xavier Magalhães Contador CRC-1MG080613/O-1

relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Capital S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de Auditores Independentes S.S

demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar CRC-2SP015199/O-6 riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação www.bancocnh.com.br